

Acesso à educação superior de estudantes pendulares na perspectiva das políticas públicas no neoliberalismo

Access to higher education for commuter students within the framework of neoliberal public policies

Acceso a la educación superior de estudiantes pendulares desde la perspectiva de las políticas públicas en el neoliberalismo

Maria Aparecida da Silva¹

Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT, Brasil

Fernando Cezar Vieira Malange²

Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT, Brasil

Recebido em: 30/06/2025

Aceito em: 03/11/2025

Resumo

O estudo analisa o acesso ao ensino superior por estudantes pendulares da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Jane Vanini, com o objetivo de compreender de que forma as políticas públicas, orientadas por princípios neoliberais, influenciam esse acesso. A pesquisa justifica-se pela relevância social e educacional do fenômeno da pendularidade, que evidencia desigualdades territoriais e limitações no direito à educação. Adotou-se uma abordagem quanti-qualitativa, com base em levantamento bibliográfico, análise documental e utilização de dados fornecidos pela Secretaria de Apoio Acadêmico, referentes ao semestre 2024/2. Os resultados indicam que aproximadamente 7% dos estudantes realizam deslocamentos diárias entre suas residências e o campus universitário. Verificou-se a insuficiência das políticas de assistência estudantil e a ausência de ações afirmativas sensíveis às especificidades dos estudantes pendulares, o que compromete as condições de acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Acesso à Educação Superior. Deslocamentos Pendulares Estudantis.

Abstract

The study analyzes access to higher education among commuting students at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), Jane Vanini Campus, aiming to understand how public policies, guided by neoliberal principles, influence such access. The research is justified by the social and educational relevance of the commuting phenomenon, which reveals territorial inequalities and limitations on the right to education. A quantitative-qualitative approach was adopted, combining bibliographic research, document analysis, and data provided by the Academic Support Office for the 2024/2 semester. The findings indicate that approximately 7% of students commute daily between their homes and the university campus. It was found that student assistance policies are insufficient and that affirmative actions are not sensitive to the specificities of commuting students, which

¹ silva.maria@unemat.br.

² fmalange@unemat.br.

compromises the conditions of access to higher education.

Keywords: Neoliberalism. Access to Higher Education. Student Commuting Patterns.

Resumen

El estudio analiza el acceso a la educación superior de los estudiantes pendulares de la Universidad del Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Jane Vanini, con el objetivo de comprender de qué manera las políticas públicas, orientadas por principios neoliberales, influyen en dicho acceso. La investigación se justifica por la relevancia social y educativa del fenómeno de la pendularidad, que evidencia las desigualdades territoriales y las limitaciones en el derecho a la educación. Se adoptó un enfoque cuanti-cualitativo, basado en revisión bibliográfica, análisis documental y utilización de datos proporcionados por la Secretaría de Apoyo Académico, correspondientes al semestre 2024/2. Los resultados indican que aproximadamente el 7% de los estudiantes realizan desplazamientos diarios entre sus residencias y el campus universitario. Se constató la insuficiencia de las políticas de asistencia estudiantil y la ausencia de acciones afirmativas sensibles a las especificidades de los estudiantes pendulares, lo que compromete las condiciones de acceso a la educación superior.

Palabras clave: Neoliberalismo. Acceso a la Educación Superior. Desplazamientos Pendulares Estudiantiles.

Introdução

Este estudo se origina de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) e ao Grupo de Pesquisa Políticas de Acesso e Permanência na Educação Superior (GPAPES) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

A pesquisa investiga os deslocamentos pendulares de estudantes do Campus Jane Vanini e suas implicações para o acesso ao ensino superior de discentes residentes em cidades próximas a Cáceres. O município, centro da região sudoeste de Mato Grosso, exerce influência direta sobre os fluxos econômicos, sociais e educacionais que se estendem às localidades vizinhas. Embora não disponha de uma região metropolitana formal, desempenha funções típicas de um centro urbano que concentra serviços, oportunidades e equipamentos públicos que atraem moradores de municípios adjacentes.

No campo educacional, a presença da UNEMAT em Cáceres representa um polo de formação e de dinamização territorial, possibilitando que estudantes de diversos municípios da região acessem o ensino superior público. Contudo, essa oportunidade frequentemente se concretiza mediante deslocamentos diários entre a cidade de residência e o campus universitário. Essa realidade impõe desafios significativos à permanência e ao aproveitamento acadêmico, sobretudo quando se considera a infraestrutura precária de transporte, os custos financeiros e o tempo despendido nos trajetos.

Diante desse cenário, este artigo parte do questionamento acerca das políticas públicas que sustentam o acesso à educação superior por meio do translado diário, ou deslocamento pendular. Objetiva-se compreender em que medida as ações estatais têm contribuído para garantir não apenas o

ingresso, mas também a permanência e a qualidade educativa dos estudantes que vivenciam essa condição. Nesse sentido, o conceito de acesso é adotado em sua completude, abarcando as dimensões materiais, pedagógicas e simbólicas que estruturam o direito à educação superior.

A metodologia adotada foi quanti-qualitativa, combinando levantamento bibliográfico e documental, bem como a análise de dados sobre os estudantes do Campus Jane Vanini da UNEMAT referentes ao ano letivo de 2024, obtidos junto à Secretaria de Apoio Acadêmico (SAA).

A relevância deste estudo está ancorada na necessidade de compreender o fenômeno dos deslocamentos pendulares estudantis como expressão das desigualdades territoriais e sociais que atravessam o interior mato-grossense. Ao investigar as trajetórias dos discentes da UNEMAT e as políticas que lhes dão suporte, pretende-se contribuir para o debate sobre a democratização do ensino superior e sobre o papel das universidades interioranas na promoção do desenvolvimento regional.

Para tanto, buscamos estabelecer uma conexão entre as intervenções neoliberais nas políticas públicas voltadas à democratização do acesso à educação superior, as ações afirmativas implementadas pela UNEMAT, que visam ampliar a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e as dinâmicas vivenciadas pelos estudantes pendulares, cujas trajetórias refletem os desafios e oportunidades decorrentes desses contextos.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, buscando “gerar uma perspectiva mais completa dos fenômenos estudados” (Mattar; Ramos, 2021, p. 134). Ela está estruturada em três eixos principais: a revisão bibliográfica, realizada a partir do balanço de produção na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; a análise documental das políticas de assistência estudantil da UNEMAT; e o levantamento de dados junto à SAA do Campus Jane Vanini, para obtenção de informações sobre os estudantes ativos da instituição no ano de 2024.

Para o levantamento dos trabalhos acadêmicos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foram utilizados os descritores “democratização do acesso à educação superior” e “deslocamentos pendulares estudantis”, com o objetivo de identificar produções diretamente relacionadas à temática da pesquisa. O recorte temporal considerado abrange o período de 2020 a 2024, com foco na Grande Área do Conhecimento Ciências Humanas.

A partir das buscas, foram identificados 65 trabalhos acadêmicos, entre dissertações — mestrado

acadêmico e profissional — e teses. Destes, 62 (95%) resultaram do uso do descritor “democratização do acesso à educação superior”. Para selecionar os estudos mais pertinentes, procedeu-se à análise dos títulos, palavras-chave e resumos, etapa que culminou na escolha de 4 pesquisas sobre democratização do acesso à educação superior e 2 sobre deslocamentos pendulares estudantis. Os trabalhos selecionados estão listados no Quadro 1.

Quadro 1
Demonstrativo das produções relevantes ao objeto da pesquisa

N	Autor	Descriptor	Título	Palavras-chave
1	Adriano Souza Senkevics Tese (2021)	Democratização do acesso à educação superior	O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro 1991-2020	Democratização do ensino; Educação superior; Estratificação educacional; Metodologias mistas; Sociologia da juventude.
2	Adriana Milward de Andrade Maciel Tese (2021)	Democratização do acesso à educação superior	Políticas afirmativas no ensino superior público: melhores oportunidades para minorias bem qualificadas?	Desigualdades; educação superior; ações afirmativas; revisão da Lei de Cotas
3	Joselha Cristina Dal Bello Dissertação (2022)	Democratização do acesso à educação superior	As ações afirmativas na educação superior: a Lei de Cotas e o perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras	Educação Superior; Lei de Cotas; universidades federais; perfil dos ingressantes.
4	Leidiane Pires Rodrigues Dissertação (2023)	Democratização do acesso à educação superior	Políticas educacionais e a educação superior: uma análise crítica dos aspectos históricos e legais	Educação Superior; Políticas afirmativas; Expansão da educação; Direito à educação; Desigualdade social
5	Jessica Monteiro da Silva Tavares Tese (2022)	Deslocamento pendular estudantil	Mobilidade espacial para estudo e mudanças no espaço de vida dos estudantes de ensino superior da região norte fluminense	Geografia da População; Mobilidade Pendular; Migração; Espaço de Vida; Deslocamentos para estudo; Estudantes de Graduação
6	Rodrigo Emanoel de Sousa Almeida Dissertação (2022)	Deslocamento pendular estudantil	A mobilidade pendular de estudantes de ensino superior como indicador da centralidade urbana de Mossoró-RN	Deslocamentos diários; Estudantes; Instituições; Ensino superior; Mossoró.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Elaborado pelos autores.

Para a análise documental das políticas de assistência estudantil da UNEMAT, foram pesquisadas na plataforma eletrônica da instituição as Resoluções do Conselho Universitário (CONSUNI). A seleção desses documentos teve como critério sua relevância para o estabelecimento das diretrizes e normativas que orientam a assistência estudantil na universidade. A análise concentrou-se em identificar os objetivos, programas, ações e regulamentações presentes nas resoluções, permitindo compreender como a instituição organiza e implementa políticas de apoio aos estudantes.

Os dados dos estudantes do Campus Jane Vanini da UNEMAT foram obtidos junto à SAA da

instituição. Para esta pesquisa, a SAA forneceu uma planilha eletrônica intitulada 'consulta_geral_discente PARA PESQUISA', contendo informações de 5.181 discentes ativos no ano de 2024. Com base no município de residência registrado no momento da matrícula, os estudantes foram categorizados em quatro grupos: residentes em Cáceres, migrantes intraestaduais, migrantes interestaduais e estudantes pendulares.

Políticas públicas na perspetiva do neoliberalismo: desafios para a democratização do acesso à educação superior no Brasil

A interferência do neoliberalismo nas políticas públicas do Estado constitui um elemento central para compreender as barreiras enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no acesso à universidade. No contexto do capitalismo econômico internacionalizado, os direitos sociais passam a ser condicionados às diretrizes neoliberais, uma vez que “a ampliação da competição internacional coloca pressão sobre o custo da mão de obra e sobre as finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, dos quais dependem os direitos sociais” (Carvalho, 2002, p. 13). Esses direitos, entendidos como formas de participação na riqueza coletiva e como garantias de acesso à educação, à saúde e a condições de vida dignas, tornam-se cada vez mais vulneráveis diante da lógica de mercado que orienta as políticas estatais.

As interferências nas políticas públicas estatais encontram respaldo na lógica neoliberal, segundo a qual os investimentos sociais não geram retorno econômico direto e, portanto, seriam ineficientes, além de comprometerem as bases de acumulação do capital privado ao atenderem reivindicações coletivas. Nessa perspectiva, o espaço público passa a ser progressivamente regulado pelo mercado internacional, e as políticas destinadas à população — especialmente as voltadas ao campo educacional — são reformuladas para atender a interesses mercadológicos, priorizando a geração de lucros e a disseminação de ideologias e produtos alinhados às demandas do capital (Moraes, 2001).

A partir do final da década de 1970, observa-se uma profunda transformação no papel do Estado, marcada pela incorporação dos princípios neoliberais como orientadores das políticas econômicas e sociais. Esse movimento implicou uma reconfiguração das instituições públicas, que passaram a adotar modelos de gestão empresarial e lógicas organizacionais próprias do setor privado. Sob o discurso da eficiência, da racionalização dos gastos e da meritocracia, o Estado foi gradualmente deslocando suas funções sociais para priorizar a regulação dos mercados e a criação de condições favoráveis à acumulação de capital, em detrimento das políticas distributivas e do fortalecimento dos serviços públicos (Menchise;

Ferreira; Álvarez, 2023, p. 1).

Essa reconfiguração institucional também implicou uma transferência de decisões econômicas e sociais para organismos internacionais, subordinando as políticas nacionais às diretrizes do capital global (Moraes, 2001). Como observa Rodrigues (2023), o Banco Mundial tem atuado na reformulação das políticas públicas de educação nos países latino-americanos, promovendo ajustes estruturais que priorizam a racionalização financeira e a privatização indireta dos sistemas de ensino. A influência desse organismo foi notória no caso brasileiro, ao participar da formulação da LDB e na definição de programas de democratização do ensino alinhados à lógica de mercado (Rodrigues, 2023).

O discurso da democratização do ensino superior coexiste com práticas excludentes que desconsideram as desigualdades regionais e as barreiras materiais enfrentadas por estudantes oriundos de municípios periféricos. O neoliberalismo, ao redefinir o papel do Estado e da universidade, interfere diretamente na distribuição de recursos destinados aos direitos sociais, subordinando-os aos interesses das classes dominantes e direcionando-os à geração de lucros e à disseminação de ideologias (Moraes, 2001). Nesse cenário, o estudante passa a ser responsabilizado individualmente pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória acadêmica, mesmo quando se encontra em condições de vulnerabilidade social e territorial que limitam significativamente suas possibilidades de permanência e êxito.

Embora o cenário socioeconômico brasileiro contemporâneo revele avanços em relação às décadas de 1980 e 1990 — períodos marcados por intensas desigualdades e exclusão social —, é necessário problematizar em que medida essas mudanças configuraram, de fato, uma transformação estrutural. A ampliação das políticas públicas de assistência social contribuiu para uma leve inclusão social, perceptível na melhoria de determinados indicadores de bem-estar.

Contudo, tais conquistas, embora significativas, não asseguram por si mesmas a superação das desigualdades históricas que compõem o tecido social brasileiro. O desafio reside em compreender se essas políticas foram capazes de alterar de modo substantivo o destino de parcelas historicamente marginalizadas da população ou se, ao contrário, funcionaram apenas como medidas paliativas, mantendo intactas as lógicas estruturais de concentração de renda e reprodução das desigualdades (Menchise, Ferreira e Álvarez, 2023, p. 13).

As desigualdades no acesso à educação superior não surgem de forma pontual no momento dos exames vestibulares e processos seletivos para o ingresso no ensino superior, mas são construídas de maneira contínua, refletindo as condições materiais, sociais e culturais às quais os estudantes estiveram expostos desde a infância até o ensino médio. Essa realidade é evidenciada por Veloso e Lima (2022, p.

22), ao apontarem que “a assistência estudantil é determinante para a permanência dos estudantes nas instituições de educação superior em condições de vulnerabilidade socioeconômica”.

Na tentativa de amenizar os aspectos inerentes às desigualdades sociais no que tange o acesso à educação superior no Brasil, são criadas políticas de ações afirmativas, cujo intuito é promover o ingresso e a permanência de estudantes provenientes de grupos sociais que sofrem discriminações e que se percebem prejudicados na garantia do direito à educação. Para Veloso e Lima (2022, p. 30), “com a instituição da Lei das Cotas e com a ampliação das matrículas por meio do programa de reserva de vagas, torna-se fundamental ter orçamento e ações de assistência estudantil”.

As ações afirmativas se evidenciam nos processos seletivos para o ensino superior, por meio da reserva de vagas para grupos historicamente discriminados ou socialmente marginalizados — como egressos de escolas públicas, pessoas com deficiência, negros e indígenas. Além disso, as universidades implementam programas de assistência estudantil que visam garantir a inclusão e a permanência desses estudantes no ambiente acadêmico (Veloso; Lima, 2022).

Bello (2022), em seu estudo sobre as ações afirmativas na educação superior, apresenta um quadro sistematizando as políticas de expansão das Instituições de Educação Superior (IES) que têm como finalidade a democratização do acesso. Conforme a autora, o marco inicial desse movimento é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído em 1998 e expandido em 2010, passando a ser utilizado como um dos principais mecanismos de ingresso nas IES.

Quadro 2

Políticas de expansão das IES, democratização do acesso à educação superior

Programa	Criação	Descrição
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	Criado em 1998, através da Medida Provisória (MP) nº 438.	Avaliação nacional que possibilita o ingresso em universidades públicas e privadas. Serve como porta de entrada para diversos programas de acesso, como SISU, PROUNI e FIES.
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	Criado pela MP nº 1.827/1999 e transformado na Lei nº 10.260/2001, sendo alterado em 2010, pela Lei nº 12.202.	Programa de financiamento estudantil que possibilita o pagamento de cursos em instituições privadas de forma facilitada, visando aumentar o acesso de estudantes de baixa renda.
ProUni	Criado a partir da MP nº 213/2004 e convertido na Lei nº 11.096/2005.	Concede bolsas integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior a estudantes de baixa renda e egressos de escolas públicas.
Universidade Aberta do Brasil (UAB)	Criado através do Decreto nº 5.800/2006	Sistema de educação a distância que amplia o acesso ao ensino superior em localidades distantes ou periféricas, promovendo a inclusão territorial.
Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades	Instituído através do Decreto nº 6.096/2007	Voltado para ampliar vagas, reestruturar cursos e fortalecer a infraestrutura das universidades federais, com foco na democratização do acesso

Federais (REUNI)		
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Criada através da Lei 11.982/2008	Conjunto de instituições voltadas à formação técnica e tecnológica, promovendo inclusão educacional e integração com o mercado de trabalho.
Sistema de Seleção Unificada (SISU)	Instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010 e a partir de 2012 pela Portaria Normativa Nº 21, de 5 de novembro de 2012	Sistema que utiliza a nota do ENEM para selecionar candidatos a vagas em universidades públicas. Facilita o acesso de estudantes de escolas públicas e de baixa renda.
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	Criado pelo Decreto nº 7.234/2010	Conjunto de ações de apoio financeiro, social e acadêmico aos estudantes de baixa renda, garantindo condições de permanência e êxito na universidade.
Lei de Cotas	Instituída através da Lei nº 12.711/2012	Reserva de vagas em universidades públicas para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência, buscando reparar desigualdades históricas.

Fonte: Bello (2022), com modificações.

Compreender os aspectos socioeconômicos dos estudantes, bem como os fatores que interferem em seu desempenho acadêmico, suas expectativas e desafios, é fundamental para subsidiar a criação e o aprimoramento de políticas e estratégias institucionais voltadas à permanência estudantil, garantindo condições efetivas de acesso e continuidade em uma educação superior pública e de qualidade e diminuindo os índices de evasão e desistência.

Políticas públicas como Prouni, FIES, Políticas de Cotas, Reuni e Sisu democratizaram o ingresso, no entanto, o problema da evasão e da permanência ainda persiste, jogando para baixo o sucesso dos acadêmicos nos cursos, ou seja, muitos conseguem ingressar, mas poucos conseguem concluir. O problema da permanência passa a ser uma questão em discussão. Assim, após o ingresso, a preocupação incide sobre a permanência do estudante e as diversas influências atreladas, como, por exemplo: o que antecede ao ingresso, o que se apresenta no percurso acadêmico e o que se tem como projeção de vida futura (Veloso; Lima, 2022, p. 72).

Além disso, vale ressaltar que apesar dos avanços proporcionados pela expansão da educação superior pública e pela adoção de políticas afirmativas, ainda persiste uma profunda desigualdade no acesso aos cursos mais prestigiados. Enquanto os jovens das camadas médias e das elites ingressam com facilidade — de forma quase natural — nas carreiras mais valorizadas das universidades públicas, dando continuidade a um projeto de vida já estruturado, os estudantes pobres, marginalizados, oriundos majoritariamente de escolas públicas, veem na educação superior uma oportunidade de transformação social, cuja possibilidade de ingresso está vinculada aos cursos menos prestigiados.

A respeito dessa dualidade, Senkevics (2021) elabora em sua pesquisa uma comparação entre dois casos típicos, a partir da estimativa do desempenho médio dos estudantes, projetada com a modelagem em larga escala dos dados disponibilizados pelo Enem, como fatores raciais, socioeconômicos

e escolares impactam o desempenho estudantil.

Uma jovem hipotética, de 17 anos de idade, residente em áreas urbanas do estado de São Paulo, tem a nota [do ENEM] estimada em 598 pontos caso seja branca, egressa da rede privada e pertencente a uma família do segmento mais rico e com pelo menos um genitor com diploma de graduação. Se, por outro lado, fosse um rapaz negro, egresso de escola estadual, do segmento mais pobre e cujos pais completaram até o ensino fundamental, sua nota é de 477 pontos. Um hiato de 121 pontos (1,56 d.p.) segregaria essas duas realidades (Senkevics, 2021, p. 139).

Os estudantes que integram a segunda realidade, via de regra, não têm a possibilidade de escolher livremente o curso que desejam, mas ingressam “no que é possível, em busca de um diploma que lhes dê algum tipo de recompensa, ou seja, emprego ou algo que lhe propicie alguma mobilidade e, portanto, melhores condições de sobrevivência.” (Veloso; Lima, 2022, p. 216). Tal realidade escancara como as desigualdades sociais e educacionais continuam a moldar os percursos acadêmicos, evidenciando que o acesso à educação superior, embora ampliado, ainda carrega marcas profundas de exclusão e seletividade social.

Maciel (2021) em sua pesquisa acerca das políticas afirmativas no ensino superior público traz uma relação cruzada entre ensino médio e ensino superior, apontando de forma clara e sucinta como os estudantes egressos do ensino médio privado possuem maiores possibilidades de acesso ao ensino superior público no Brasil. Essa realidade se estabelece devido ao acervo intelectual e cultural que a educação básica privada oferta quando comparada à educação básica pública, correlacionando o sucesso acadêmico ao grupo social a que o estudante está inserido.

No contexto do neoliberalismo, as dimensões da permanência são particularmente impactadas por esses fatores. A lógica de mercado, ao redefinir o papel do Estado e subordinar as políticas públicas aos interesses privados, limita os recursos disponíveis para programas de assistência estudantil, bolsas e ações afirmativas, comprometendo a permanência material. Ao mesmo tempo, a mercantilização do ensino e a ênfase na responsabilização individual colocam sobre o estudante a carga de garantir seu êxito acadêmico, enfraquecendo a permanência simbólica ao dificultar seu pertencimento e reconhecimento na comunidade universitária.

Conceitos e percepções sobre mobilidade espacial e pendularidade estudantil

Os deslocamentos pendulares são fenômenos comuns nas regiões urbanizadas em que se concentram serviços e infraestruturas necessárias à população. Nesses casos, comumente essas cidades centrais são cercadas por cidades menores, com baixa população, cujos serviços são parcos ou inexistentes,

ocasionando a necessidade de deslocamentos diários para ter acesso aos serviços necessários (Delgado et al, 2016), dentre os quais pode-se inserir a continuidade dos estudos em instituições de educação superior.

Para muitos jovens e adultos, esse movimento diário de ida e vinda – que remete ao movimento de um pêndulo – é fundamental no intuito de possibilitar o acesso à educação superior, visando transformação na qualidade de vida. Os polos centrais das instituições de educação superior se localizam em cidades onde há maior demanda populacional para preenchimento das vagas nos cursos disponibilizados.

Segundo Tavares (2022, p. 54), o fenômeno da mobilidade pendular é tratado na literatura sob diversas denominações — migração pendular, movimento pendular, deslocamento pendular e comutação — o que evidencia a pluralidade conceitual sobre o tema. Nesta pesquisa, utiliza-se “deslocamentos pendulares” para designar os movimentos cotidianos e recorrentes entre o local de moradia e o de estudo, trabalho ou acesso a serviços, e “mobilidade espacial” para abranger fluxos mais amplos entre diferentes espaços geográficos.

Os deslocamentos pendulares refletem a estrutura hierárquica e funcional do espaço urbano, marcada pela concentração de oportunidades e serviços em centros maiores, o que reforça relações de dependência e desigualdade territorial. Cidades menores, geralmente carentes de infraestrutura e emprego, tornam-se espaços residenciais, enquanto centros urbanos mais complexos concentram funções especializadas que atraem a população diariamente.

A mobilidade espacial, por sua vez, conforme Almeida (2022), resulta das ações de diversos agentes — públicos, privados e coletivos — que produzem e organizam o território, articulando centros de diferentes níveis hierárquicos. Assim, a circulação entre cidades e bairros expressa as dinâmicas socioeconômicas e as estratégias dos indivíduos para suprir carências locais. No contexto brasileiro, esse fenômeno é recorrente tanto entre municípios de portes distintos quanto dentro das metrópoles, quando moradores de periferias se deslocam a áreas centrais para acessar serviços básicos e oportunidades educacionais.

Tavares (2022, p. 48) observa que a mobilidade populacional abrange tanto movimentos permanentes (migrações) quanto temporários ou cotidianos (pendulares). Enquanto a migração implica mudança definitiva de residência, os deslocamentos pendulares configuram movimentos temporários e recorrentes, articulando espaços interdependentes. Essa mobilidade é um fenômeno complexo, influenciado não apenas pelas condições de transporte, mas também por fatores sociais, econômicos e

individuais (Almeida, 2022, p. 56).

Além disso, como destaca Tavares (2022, p. 64), as redes migratórias e as trocas de informações entre estudantes desempenham papel decisivo na decisão de deslocar-se diariamente para estudar. Informações sobre custos, infraestrutura, moradia, transporte e oportunidades acadêmicas ajudam os ingressantes a avaliar as possibilidades e limitações desse movimento, que envolve mudanças significativas nas dinâmicas de vida e de pertencimento territorial.

Delgado *et al.* (2016, p. 230) definem o deslocamento pendular como um “tipo de deslocamento populacional que se diferencia daqueles associados aos processos migratórios”. Embora o estudo dos autores se concentre nas mobilidades diárias relacionadas ao trabalho — indivíduos que se deslocam cotidianamente entre duas localidades para exercer atividades laborais —, suas análises permitem compreender como esses movimentos se articulam às necessidades, condições e perspectivas dos sujeitos que os realizam.

Os autores analisam a pendularidade como uma consequência direta da forma desigual de produção do espaço urbano. Segundo os autores, o processo de valorização e desvalorização de determinadas áreas das cidades — típico da expansão metropolitana — gera movimentos migratórios intrarregionais, impõe os movimentos pendulares e reforça a dissociação entre moradia e trabalho (Delgado *et al.*, 2016, p. 243).

Essa reflexão evidencia que a pendularidade não é apenas uma escolha individual, mas um resultado direto da dinâmica desigual de produção do espaço urbano, que força parte da população a se deslocar longas distâncias diariamente para acessar oportunidades de trabalho — e, por analogia, também de estudo —, revelando as contradições socioespaciais presentes nas metrópoles contemporâneas.

O processo de metropolização não se restringe às grandes capitais, mas estende-se também ao interior dos estados, onde cidades de destaque regional assumem funções de centralidade e polarização. Essas cidades dinamizam amplas áreas de influência fora das regiões metropolitanas, concentrando atividades econômicas, serviços e instituições de ensino superior.

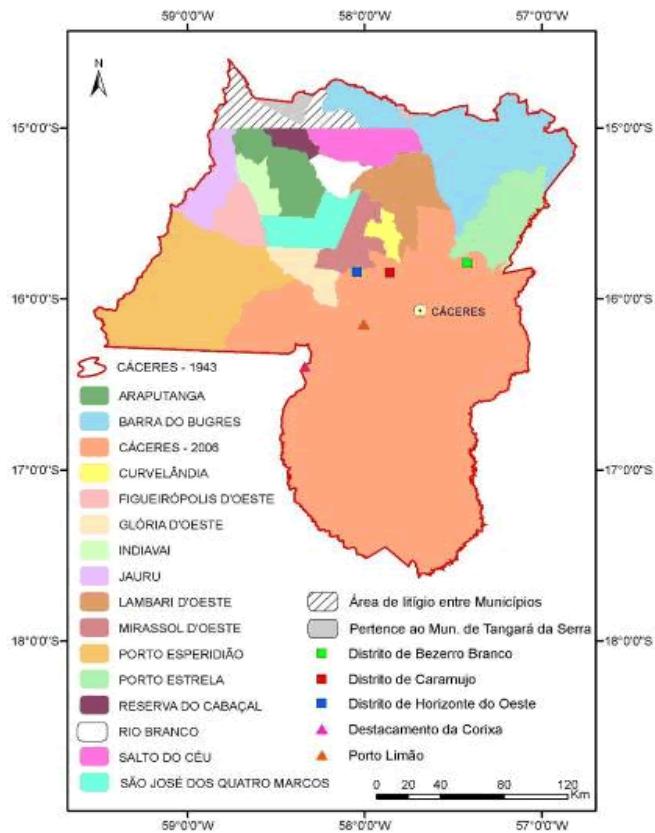
Assim, reproduzem as dinâmicas típicas das metrópoles — como a valorização desigual do espaço urbano e a dissociação entre moradia e trabalho ou estudo —, o que estimula fluxos pendulares diários de trabalhadores e estudantes provenientes de municípios vizinhos. Esse processo evidencia que a metropolização interiorana aprofunda desigualdades territoriais e amplia a dependência das cidades menores em relação aos centros regionais, consolidando padrões de mobilidade que impactam diretamente o acesso e a permanência na educação superior.

As redes de pendularidade da UNEMAT em Cáceres – MT e as políticas de assistência estudantil

Cáceres, fundada em 1778 como Vila Maria do Paraguai, teve papel estratégico na consolidação do sudoeste de Mato Grosso, inicialmente como posto militar e, posteriormente, como centro econômico e administrativo. Durante o século XIX, destacou-se pelo comércio fluvial e pela pecuária extensiva, atraindo populações vizinhas. Os povoados ao redor mantêm até hoje vínculos funcionais e simbólicos com a cidade, que se consolidou como polo regional, mesmo após o desmembramento iniciado em 1943 (UNEMAT, 2025).

Figura 1

Municípios desmembrados de Cáceres/MT, a partir de 1943.



Fonte: UNEMAT (2025).

Com população estimada em 92 mil habitantes em 2025, sua localização estratégica às margens do rio Paraguai, próxima a Cuiabá e à fronteira com a Bolívia, fortalece seu papel na integração territorial e econômica regional. Apesar de não possuir uma região metropolitana formal, Cáceres atua como polo

de polarização, atraindo fluxos sociais, institucionais e econômicos dos municípios vizinhos, configurando-se como centro metropolitano de referência para o desenvolvimento do sudoeste mato-grossense (IBGE, 2025).

A instalação da UNEMAT e de instituições de ensino técnico transformou Cáceres em centro educacional e cultural, atraindo estudantes de municípios próximos, muitos dos quais dependem da cidade para serviços especializados. Esse fluxo de pessoas caracteriza um processo de metropolização interiorana, no qual centros médios assumem funções regionais, integrando uma rede urbana marcada por mobilidade pendular, desigualdades socioeconômicas e concentração de oportunidades.

A centralidade de Cáceres se manifesta nos fluxos cotidianos de mobilidade pendular, especialmente de estudantes provenientes de municípios vizinhos como Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Curvelândia, Lambari d'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Glória d'Oeste e Porto Esperidião, que buscam o acesso às instituições de educação superior (UNEMAT, 2025).

Com economias locais centradas na agropecuária e pequenos comércios, essas localidades carecem de infraestrutura educacional, de saúde e de serviços especializados, motivando deslocamentos frequentes para Cáceres em busca de ensino superior, atendimento médico, serviços bancários e atividades administrativas do Estado (IBGE, 2025).

O Campus Universitário “Jane Vanini”, oficialmente denominado Campus Universitário de Cáceres, foi instituído em 05 de outubro de 2001, por meio do Decreto Estadual n.º 3.182. Em 2022/1 a instituição oferecia 13 cursos de graduação. Em 2024/2 a instituição oferece 17 cursos.

Quadro 3

Cursos de graduação oferecidos pela UNEMAT, Campus Jane Vanini

Curso	Formação	Período (2022/1)	Período (2024/2)
Agronomia	Bacharelado	Integral	Integral
Ciência da Computação	Bacharelado	Matutino	Integral
Ciências Biológicas	Bacharelado	-	Noturno
Ciências Biológicas	Licenciatura	-	Noturno
Ciências Biológicas	Licenciatura/Bacharelado	Integral	Noturno
Ciências Contábeis	Bacharelado	Matutino	Matutino
Direito	Bacharelado	Matutino	Matutino
Educação Bilíngue de Surdos	Licenciatura	-	Noturno
Educação Física	Licenciatura	Matutino	Matutino
Educação Física	Bacharelado	-	Vespertino
Enfermagem	Bacharelado	Integral	Integral
Geografia	Licenciatura	Noturno	Noturno

História	Licenciatura	Noturno	Noturno
Letras	Licenciatura	Noturno	Noturno
Matemática	Licenciatura	Noturno	Noturno
Medicina	Bacharelado	Integral	Integral
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	Noturno

Fonte: Lara (2022); UNEMAT (2025).

Como forma de promover a democratização do acesso à educação superior, a UNEMAT adota a Lei de Cotas nos exames vestibulares e em outras modalidades de seleção estudantil, direcionando vagas para grupos historicamente discriminados ou socialmente subvalorizados. Além disso, a universidade complementa essas medidas com políticas de assistência estudantil, oferecendo bolsas e auxílios financeiros com o objetivo de garantir não apenas o ingresso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Quadro 4

Bolsas e Auxílios estudantis ofertados pela UNEMAT para estudantes de graduação

Modalidade	Órgão	Valor
Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	PRPPG	R\$ 700,00
Bolsa de Iniciação científica	PRPPG	R\$ 700,00
Bolsa Extensão Fapemat	PROEC	R\$ 700,00
Programa Residência Pedagógica	PROEG	R\$ 700,00
PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência)	PROEG	R\$ 700,00
Bolsa Focco (Formação de Células Coooperativas)	PROEG	R\$ 700,00
Estágio Remunerado	PRAD	R\$ 952,11 + auxílio transporte de R\$ 209,24
Bolsa Extensão/pesquisa	PROEC	R\$ 700,00
Bolsa Cultura	PROEC	R\$ 700,00
Bolsa Esporte	PROEC	Não especificado
Tutoria	PROEG	R\$ 700,00
Auxílio-Alimentação	PRAE	R\$ 300,00
Auxílio-Moradia	PRAE	R\$ 400,00
Auxílio-Transporte	PRAE	R\$ 240,00
Auxílio-Digital	PRAE	R\$ 60,00
Auxílio-Emergencial	PRAE	R\$ 500,00 (parcela única)
Auxílio à Participação Acadêmica	PRAE	R\$ 375,00 (eventos dentro do estado) R\$ 500,00 (eventos fora do estado)

Fonte: UNEMAT; CONSUNI (2021); UNEMAT (2025).

Dentre as bolsas e auxílios disponibilizados pela UNEMAT para estudantes de graduação, apenas o Auxílio-Transporte e o Auxílio-Digital são voltados especificamente para estudantes não residentes na zona urbana do município de Cáceres. O Auxílio-Transporte busca minimizar os custos do deslocamento

diário, enquanto o Auxílio-Digital garante acesso a tecnologias e ambientes virtuais de aprendizagem, promovendo inclusão digital e equidade.

Ainda, a assistência estudantil apresenta limitações significativas. Mesmo combinando uma Bolsa de R\$ 700,00 com Auxílio-Moradia de R\$ 400,00, o valor total permanece inferior a um salário-mínimo, insuficiente para cobrir os custos de subsistência de estudantes que enfrentam deslocamentos diários e vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, critérios de elegibilidades restritivas — como residir em município diferente dos pais para receber auxílio-moradia e dispor de tempo para atividades presenciais em Cáceres para receber bolsa — excluem grande parte dos estudantes pendulares.

Essa configuração evidencia uma contradição das políticas de assistência estudantil, que, ao se pautarem em critérios focalizados, acabam por reproduzir desigualdades. A responsabilidade pela permanência e êxito acadêmico recai sobre o indivíduo, refletindo uma racionalidade neoliberal que desconsidera as especificidades socioeconômicas e territoriais. A ausência de políticas institucionais sensíveis à realidade dos estudantes pendulares limita o direito a uma formação acadêmica plena.

Os estudantes pendulares da UNEMAT, Campus Jane Vanini

A pendularidade estudantil possui grande relevância social e educacional. No entanto, observa-se escassez de estudos sistematizados sobre o fenômeno no contexto UNEMAT, Campus Jane Vanini, especialmente considerando sua característica multicampi e a diversidade de origens dos estudantes.

Até o momento, Lara (2022) constitui a principal investigação sistematizada sobre o tema na UNEMAT, com foco no Campus Universitário Jane Vanini, em Cáceres (MT). A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, baseada em estudo de caso, documentação e levantamento bibliográfico. Para delimitar o grupo de estudantes pendulares, Lara (2022) excluiu acadêmicos residentes nos municípios da rede de pendularidade matriculados em cursos integrais, devido à inviabilidade do deslocamento diário.

A definição da região de análise adotada por Lara (2022) considerou três critérios: 1) o planejamento regional do governo de Mato Grosso; 2) os municípios emancipados de Cáceres; 3) a proximidade geográfica e a existência de pavimentação adequada. Vale destacar, contudo, a ausência do município de Curvelândia, que, embora atenda a esses critérios e faça parte da rede de pendularidade, não foi incluído na pesquisa.

Por essa razão, para complementar a análise, também foram considerados os municípios listados na plataforma eletrônica da UNEMAT como atendidos pela instituição, proporcionando uma visão mais

ampla da abrangência territorial da mobilidade estudantil no Campus Jane Vanini. Ademais, utilizamos o critério de Lara (2022) de excluir os estudantes ativos em cursos de período integral, ainda que residam nos municípios da rede de pendularidade no momento da matrícula na instituição.

Os dados analisados por Lara (2022) indicam que, no semestre 2022/1, do total de 3.411 estudantes ativos no Campus Jane Vanini da UNEMAT, 235 estudantes realizavam deslocamentos diários, correspondendo a cerca de 7% do corpo discente. Dentre eles, 67,2% estavam matriculados em cursos de licenciatura, sendo estes ofertados no período noturno. Os cursos de bacharelado eram majoritariamente ofertados no turno matutino, o que possivelmente dificultava a participação de pendulares.

No semestre 2024/2, a UNEMAT contabilizou 5.181 estudantes ativos, dos quais 345 (aproximadamente 7%) realizam deslocamentos pendulares. Do total de estudantes pendulares, 247 (71%) estão matriculados em cursos cuja formação é estritamente licenciatura.

Lara (2022) observou que a frequência diária tende a diminuir com o aumento da distância entre o município de origem e Cáceres, e sugeriu que a concentração de alunos no período noturno pode estar relacionada à necessidade de conciliar estudo e trabalho. Essas observações são corroboradas nesta pesquisa, a partir dos dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Municípios que compõem as redes de pendularidade com Cáceres – MT

Município	Área territorial (km ²)	População estimada (2025)	Distância até Cáceres (km)	Estudantes pendulares 2022/1	Estudantes pendulares 2024/2
Mirassol D'Oeste	1.085,486	27.637	80,9	74	110
Glória D'Oeste	833,130	2.878	92,2	12	16
São José dos Quatro Marcos	1.282,763	17.721	93,2	48	40
Araputanga	1.639,733	14.805	121,6	25	18
Porto Esperidião	5.835,278	10.088	105,9	36	56
Curvelândia	357,212	4.970	64,8	-	40
Lambari D'Oeste	1.810,463	4.662	102,0	13	18
Rio Branco	539,287	4.440	118,8	10	20
Salto do Céu	1.753,378	3.657	133,4	17	27

Fonte: IBGE (2025); Lara (2022); Dados da pesquisa.

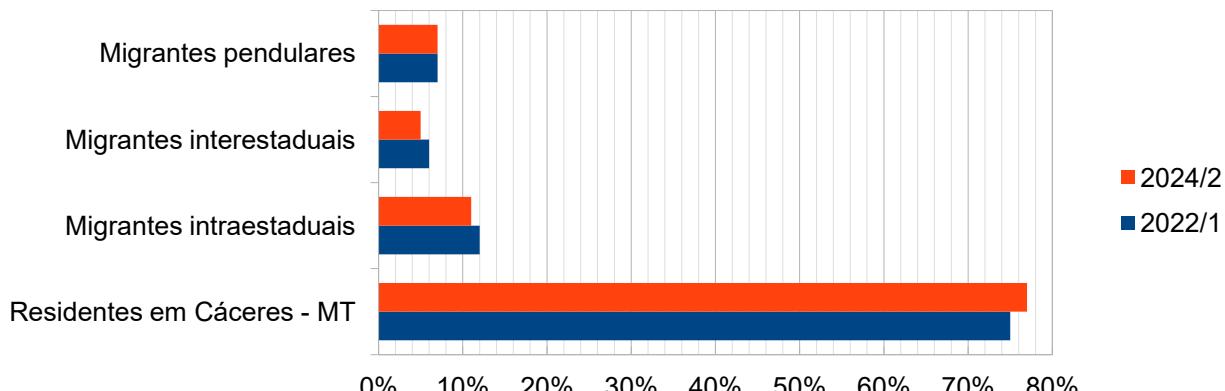
Entre 2022 e 2024, os municípios próximos a Cáceres apresentaram variações significativas no número de estudantes pendulares. Rio Branco e Salto do Céu tiveram aumentos expressivos de 100% e 58,8%, respectivamente. Porto Esperidião registrou um crescimento relevante de 55,6%. Mirassol D'Oeste,

Glória D’Oeste e Lambari D’Oeste, apresentaram aumentos moderados, entre 33% e 48%. Em contrapartida, São José dos Quatro Marcos e Araputanga tiveram quedas no número de estudantes pendulares, de 16,7% e 28%, respectivamente. Esses dados indicam mudanças dinâmicas no fluxo de estudantes em direção a Cáceres, refletindo fatores como acessibilidade, oferta educacional e crescimento populacional local.

Em relação às migrações intraestudais e interestaduais, comparamos os dados apresentados por Lara (2022) com os dados oriundos da presente pesquisa. O percentual continua muito próximo em ambos os trabalhos.

Gráfico 1

Estudantes da UNEMAT/Campus Jane Vanini



Fonte: LARA (2022); Dados da pesquisa.

Os estudantes que realizam deslocamentos pendulares representam um percentual um pouco maior em relação aos que migram de fora do estado, embora as proporções sejam bastante próximas. Considerados separadamente, tanto os migrantes (intra e interestaduais) quanto os estudantes pendulares formam grupos minoritários no Campus Jane Vanini. Entretanto, quando analisados em conjunto, esses grupos correspondem a cerca de 25% dos estudantes em 2022/1 e a 23% em 2024/2, totalizando 1.168 alunos no último período analisado.

A redução observada entre os dois períodos, ainda que discreta, indica uma possível tendência de diminuição na mobilidade estudantil vinculada ao campus. A queda nas migrações intra e interestaduais pode estar relacionada à consolidação das modalidades híbridas e ao fortalecimento do ensino remoto, uma vez que a expansão da Educação a Distância (EaD) a partir de 2018 (INEP, 2023) ampliou as possibilidades de acompanhamento das atividades acadêmicas de forma não presencial.

Considerações finais

O presente estudo buscou compreender de que forma as políticas públicas de acesso e permanência na educação superior, concebidas sob a lógica neoliberal, impactam a trajetória dos estudantes pendulares da UNEMAT, Campus Jane Vanini. A análise evidenciou que, embora a expansão do ensino superior público e a implementação de ações afirmativas tenham representado avanços significativos na democratização do acesso, ainda persiste uma lacuna entre o ingresso e a permanência efetiva dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e territorial.

O neoliberalismo, ao subordinar a educação aos interesses do mercado e reduzir o papel do Estado, limita os investimentos públicos e transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo êxito acadêmico. Nesse contexto, a assistência estudantil torna-se pontual e insuficiente, desconsiderando grupos específicos, como os estudantes pendulares, que enfrentam desafios adicionais relacionados ao deslocamento. Essa realidade é particularmente evidente entre os estudantes que fazem parte da rede de pendularidade com Cáceres – MT.

Os dados indicam que cerca de 7% dos estudantes do Campus Jane Vanini realizam deslocamentos diários entre seus municípios e Cáceres, majoritariamente em cursos noturnos e de licenciatura. Essa realidade reflete tanto a busca por formação docente e ascensão social quanto a reprodução das desigualdades educacionais, pois as oportunidades permanecem condicionadas às limitações territoriais e econômicas impostas pelo modelo de desenvolvimento vigente.

As políticas institucionais de assistência estudantil da UNEMAT, embora essenciais, ainda não contemplam plenamente as demandas dos estudantes pendulares. Os auxílios existentes possuem valores insuficientes, frente aos custos reais do deslocamento, e os critérios de elegibilidade não abrangem a complexidade dessa condição. Tal cenário reforça a necessidade de políticas mais sensíveis às especificidades locais, articuladas às dimensões territoriais e sociais da permanência estudantil.

A democratização do acesso à educação superior deve ser compreendida em sua integralidade, incluindo o ingresso, permanência e as condições que garantem o direito à formação de qualidade. Superar as barreiras impostas pela racionalidade neoliberal requer um compromisso efetivo do Estado e das instituições de ensino superior com a equidade, a inclusão territorial e o fortalecimento de políticas de permanência que assegurem aos estudantes o pleno exercício de sua cidadania acadêmica.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo Emanoel de Sousa. **A mobilidade pendular de estudantes de ensino superior como indicador da centralidade urbana de Mossoró-RN.** Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2022. 203p. Disponível em: https://www.uern.br/controledepaginas/ppgeo-dissertacoes/arquivos/3645dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_rodrigo_emanoel_de_sousa_almeida.pdf. Acesso em: 15 Jul. 2025.

BELLO, Joselha Cristina Dal. **As ações afirmativas na educação superior:** a lei de cotas e o perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira-Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Chapecó-SC, 2022. 163f. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6189>. Acesso em: 14 Jul. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha. **Cidade e movimento:** mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea: ITDP, 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento.pdf. Acesso em: 08 Jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama>. Acesso em: 25 Jun. de 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022: Divulgação dos Resultados.** Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 31 Jun. 2025.

LARA, J. C. de. **Deslocamentos pendulares estudantis:** um estudo de caso no Campus Jane Vanini da Universidade do Estado de Mato Grosso. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, IJUÍ – RS - BRASIL, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22921>. Acesso em: 11 Jun. 2025.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos (org.). **Permanência e evasão na educação superior:** fatores interferentes, interfaces com ensino médio público e possibilidades de avanço nas políticas públicas. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2022. p. 189-208. Disponível em: https://portal.unemat.br/media/files/Permanencia_e_evasao_na_educacao_superior.pdf. Acesso em: 05 Jun. 2025.

MACIEL, Adriana Milward de Andrade. **Políticas afirmativas no ensino superior público:** melhores

oportunidades para minorias bem qualificadas? Niterói, 2021. 174 f. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/POSEDUC.2021.d.86707701720>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. **Metodologia da pesquisa em educação:** Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. Editora 70: Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book.= ISBN 9786586618518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518>. Acesso em: 04 Jun. 2025.

MENCHISE, Rose Marya; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. **Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdades:** uma análise principalmente do Brasil. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. 16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274>. Acesso em: 29 Jun. 2025.

MORAES, Reginaldo C. **O neoliberalismo:** De onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2001.

RODRIGUES, Leidiane Pires. **Políticas educacionais e a educação superior:** uma análise crítica dos aspectos históricos e legais. Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas FacMais, Mestrado em Educação, 2023. 106 p. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?pop-up=true&id_trabalho=14686179. Acesso em: 14 Jul. 2025.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso:** desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e diferenças), Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-11012022-103758>. Acesso em: 16 Jul. 2025.

TAVARES, Jéssica Monteiro da Silva. **Mobilidade espacial para estudo e mudanças no espaço de vida dos estudantes de ensino superior da Região Norte Fluminense.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2022. 342 f. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/16316>. Acesso em: 16 Jul. 2025.

UNEMAT (Universidade Do Estado De Mato Grosso). **Portal institucional da UNEMAT.** Cáceres: UNEMAT, [2025]. Disponível em: <https://www.unemat.br/>. Acesso em: 8 Jun. 2025.

UNEMAT. Conselho Universitário (CONSUNI). Resolução nº 012/2021 – CONSUNI, de 13 e 14 de abril de 2021. **Reestrutura o Programa de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e dá outras providências.** Cáceres: UNEMAT, 2021. Disponível em: https://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/consuni/4501_res_consuni_12_2021.pdf. Acesso em: 8 Jun. 2025.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Leila Tavares Silva do Nascimento.